

Rio de Janeiro, 31 de agosto de 2023.

GN 038/2023

**À ARPE- Agência de Regulação de Pernambuco**

Rua do Futuro, 150 (Aflitos),  
CEP 52050-020, Recife/PE

**Referência: Audiência Pública ARPE nº 02/2023 - Regulamentação do serviço de distribuição de gás canalizado no âmbito do mercado livre de gás em Pernambuco**

Prezados membros da ARPE,

O Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás (IBP), principal representante das empresas produtoras de Petróleo e Gás Natural no país, vem através desta contribuição se manifestar a respeito da Consulta Pública ARPE nº 02/2023 que dispõe sobre a Regulamentação do serviço de distribuição de gás canalizado no âmbito do mercado livre de gás em Pernambuco.

Antes de adentrarmos sobre o tema principal da Audiência Pública, desejamos expressar, que todo e qualquer tema que envolva o setor de gás natural é de grande relevância e interesse do IBP. Reforçando a importância do estabelecimento de um ambiente normativo adequado e transparente para a expansão e o desenvolvimento do mercado de gás natural no estado.

Destacamos a parceria entre IBP, ABRACE e ABPIP no qual criamos o RELIVRE - ferramenta de acompanhamento das normas estaduais sobre a abertura de mercado de gás que tem como objetivo reunir, organizar e proporcionar uma visão abrangente sobre essa temática, assim como propiciar simulação de aprimoramento das normas estaduais sobre a abertura do mercado de gás.

Conforme podemos notar, o estado de Pernambuco ocupa 13º desse ranking, sendo fundamental que o poder concedente através da agência reguladora melhore o ambiente regulatório do estado, principalmente no aspecto sobre a atividade de comercialização de Gás.

Desta forma, ficamos à disposição da agência reguladora para realizar uma reunião, caso necessário, a fim de discutir e esclarecer os conceitos técnicos abordados no RELIVRE, aprofundando a compreensão e o seu entendimento.

Feitas essas ressalvas, o IBP agradece à ARPE pela possibilidade de apresentar suas contribuições, **conforme detalhamento abaixo**, sempre respaldadas pelos aspectos técnicos e com base nos princípios e conceitos estabelecidos na nova Lei do Gás (Lei nº 14.134/21), na qual busca fomentar o desenvolvimento do setor através de um ambiente regulatório modernizado e harmonioso.

O IBP se coloca à inteira disposição da Agência, certos de que, com o diálogo e a contribuição de todos os agentes, será possível construir uma regulação moderna no Estado de Pernambuco, em benefício do desenvolvimento deste setor.

Atenciosamente,



Tiago Samos Santovito  
Gerente Executivo de Gás Natural

## Contribuições IBP

TEXTO/ARPE	PROPOSTA DE TEXTO - IBP	JUSTIFICATIVA
<p>Art. 1º Estabelecer as disposições relativas ao Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado no âmbito do Mercado Livre de Gás no Estado de Pernambuco.</p> <p>Parágrafo único. Ao serviço público de distribuição de gás canalizado aplicam-se os seguintes princípios da regulação:</p> <p>I – manutenção do monopólio natural do sistema de distribuição pelo prazo de vigência do Contrato de Concessão, com exclusividade do concessionário na construção, operação e manutenção do sistema de distribuição, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços locais de gás canalizado;</p> <p>II – tratamento isonômico entre os consumidores cativos e entre os consumidores livres, autoimportadores e autoprodutores; e</p> <p>III – tarifação postal, em que o modelo tarifário é imune à localização geográfica dos consumidores cativos, autoimportadores, autoprodutores, consumidores livre ou outros concessionários.</p>	<p>Art. 1º Estabelecer as disposições relativas ao Serviço Público de Distribuição de Gás <b>Natural</b> Canalizado no âmbito do Mercado Livre de Gás <b>Natural</b> no Estado de Pernambuco.</p> <p>Parágrafo único. Ao serviço público de distribuição de gás <b>natural</b> canalizado aplicam-se os seguintes princípios da regulação:</p> <p>I – manutenção do monopólio natural do sistema de distribuição pelo prazo de vigência do Contrato de Concessão, com exclusividade do concessionário na construção, operação e manutenção do sistema de distribuição, <b>relacionados ao serviços locais de gás natural canalizado</b>, de forma a assegurar a sustentabilidade dos serviços locais de gás <b>natural</b> canalizado;</p> <p>II – tratamento isonômico entre os consumidores cativos e entre os consumidores livres, autoimportadores e autoprodutores, <b>quando não atendidos por Gasodutos Dedicados</b>; e</p> <p>III – tarifação postal, em que o modelo tarifário é imune à localização geográfica dos consumidores cativos, autoimportadores, autoprodutores, consumidores livres ou outros concessionários, <b>exceto quando consumidores livres, autoimportadores e autoprodutores forem atendidos por Gasodutos Dedicados/exclusivos</b>.</p>	<p>Inserimos o adjetivo “natural” pois o serviço público deve estar limitado ao gás natural na forma definida no inciso XXI do Art. 3º da Lei 14.134/2021 e não a qualquer substância em estado gasoso.</p> <p>Entendimento diverso deste estaria ampliando de maneira indevida a interpretação do Art. 25 da CF que trata apenas do “serviço local” de gás natural canalizado.</p> <p>Ademais, o tratamento entre os agentes deve considerar as suas especificidades, devendo ser isonômicos apenas quando forem atendidos pelo sistema da distribuidora de gás natural.</p> <p>Quando os referidos agentes estiverem conectados diretamente a fontes de suprimento de gás natural (Gasodutos de Transporte, Terminais de GNL ou Unidades de Processamento de Gás Natural – UPGNs) por meio de Gasodutos Dedicados, deve ser considerada a especificidade de cada instalação, conforme §1º do Art. 29 da Lei 14.134/2021</p> <p>Da mesma forma, a tarifa postal só deve ser aplicada quando o agente não é atendido por Gasodutos Dedicados, na forma do §1º do Art. 29 da Lei 14.134/2021.</p>

	<p><b>IV - Não se enquadra como serviço de distribuição de gás natural canalizado para os fins desta Resolução a movimentação de gás natural em instalações internas e gasodutos de transferência localizados dentro do limite da propriedade do agente, respeitadas as normas federais.</b></p> <p><b>V - O transporte e distribuição de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás Natural Comprimido (GNC) não se enquadram como serviços de distribuição ou serviço movimentação de gás na área de concessão.</b></p>	<p>Outro ponto é a necessidade de observância dos efetivos limites do monopólio estadual, para evitar conflitos com a regulação federal em instalações como UTEs, localizadas dentro de um terminal de GNL.</p> <p>Nas áreas privadas do terminal, não existe a prestação de serviço local de gás e, portanto, não há serviço público. Por isso, inserimos o novo inciso IV, para deixar bem delimitado o escopo de atuação da concessionária.</p> <p>Também inserimos o inciso V para deixar claro que a movimentação de gás natural em modais alternativos ao dutoviário dentro do Estado de PE não é monopólio da concessionária, conforme Art. 25 da Lei 14.134/2021.</p>
<p>Art. 2º (...)</p> <p>IV- AUTOIMPORTADOR: agente autorizado conforme legislação vigente para a importação de gás, que utiliza parte ou totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais ou em instalações industriais de empresas controladas e coligadas;</p>	<p>IV - AUTOIMPORTADOR: agente autorizado <del>conforme legislação vigente para a importação</del> a importar gás natural que, <b>nos termos da regulação da ANP</b>, utiliza parte ou a totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais ou em instalações industriais de empresas controladas e coligadas</p>	<p>Visando harmonizar a Nova Lei do Gás (Lei nº14.134/21) com as normas estaduais sobre a abertura do mercado de gás, recomendamos a ARPE seguir as definições que já estão estabelecidas na Lei e que são de competência federal, evitando assim a potencial invasão de competência federal.</p>
<p>Art. 2º (...)</p> <p>V- AUTOPRODUTOR: agente explorador e produtor de gás autorizado pela ANP para utilizar parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais;</p>	<p>V - AUTOPRODUTOR: agente explorador e produtor de gás natural <del>autorizado pela ANP que, nos termos da regulação da ANP</del>, utiliza parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais <b>ou em instalações industriais de empresas controladas e coligadas;</b></p>	<p>Visando harmonizar a Nova Lei do Gás (Lei nº14.134/21) com as normas estaduais sobre a abertura do mercado de gás, recomendamos a ARPE seguir as definições que já estão estabelecidas na Lei e que são de competência federal, evitando</p>

		assim a potencial invasão de competência federal.
<p>Art. 2º (...) VI- CAPACIDADE CONTRATADA: capacidade, expressa em metros cúbicos por dia, que o concessionário deve reservar em seu sistema de distribuição, para movimentação de quantidades de gás ao consumidor livre, ao autoimportador ou ao autoprodutor, nas condições de referência, conforme estabelecido no contrato de movimentação de gás;</p>	<p>VI- CAPACIDADE CONTRATADA: capacidade, expressa em metros cúbicos por dia, que o concessionário deve reservar em seu sistema de distribuição, para movimentação de quantidades de gás <b>natural</b> ao consumidor livre, ao autoimportador ou ao autoprodutor, nas condições de referência, conforme estabelecido no contrato de movimentação de gás <b>natural</b>;</p>	<p>Inserimos o adjetivo “natural” pois o serviço público deve estar limitado ao gás natural na forma definida no inciso XXI do Art. 3º da Lei 14.134/2021 e não a qualquer substância em estado gasoso.</p> <p>Entendimento diverso deste estaria ampliando de maneira indevida a interpretação do Art. 25 da CF que trata apenas do “serviço local” de gás natural canalizado.</p>
<p>Art. 2º (...) VII- COMERCIALIZADOR: pessoa jurídica autorizada a adquirir e vender gás a consumidores livres, de acordo com a Resolução Arpe nº 212/2022;</p>	<p>Art. 2º (...) VII- COMERCIALIZADOR: pessoa jurídica autorizada <b>pela ANP</b> a adquirir e vender gás <b>natural a consumidores livres, de acordo com a Resolução Arpe nº 212/2022</b>;</p>	<p>A autorização para comercialização de gás natural é uma competência da ANP e não da ARPE, conforme inciso XXVI do Art.8º da Lei 9.478/1997 (Lei do Petróleo), bem como art. 31 da Lei nº 14.134/2021.</p> <p>Ao exigir autorização para atuar como comercializador de GN no Estado de PE, a ARPE está impondo barreiras para atuação dos agentes, afrontando as competências da ANP e prejudicando a abertura do Mercado de Gás Natural.</p> <p>Nesse sentido, vale registrar, ainda, que as previsões em âmbito estadual que confrontem ou imponham regras adicionais às constantes das normas federais contrariam as atuais diretrizes para abertura do mercado de gás, conforme preconizadas pela Resolução CNPE nº 03/2022, a qual prevê</p>

		<p>expressamente que a “promoção da harmonização entre as regulações estaduais e federal, por meio de dispositivos de abrangência nacional, objetivando a adoção das melhores práticas regulatórias” é uma das diretrizes estratégicas da referida abertura.</p> <p>Outro ponto a ser destacado, refere-se ao fato de que a presente norma está impondo regras adicionais inclusive se comparada com a própria Lei estadual nº 15.900/2016.</p> <p>Verifica-se que a citada Lei define Comercializador como “pessoa jurídica autorizada, em caráter precário, a adquirir e vender gás, de acordo com a legislação vigente, a consumidores livres” (art. 3º, X). Assim, também sob este prisma, a definição constante desta minuta se mostra inadequada.</p> <p><b>Cabe mencionar que diversos estados, estão nesse exato momento, revendo suas normas estaduais, principalmente sobre a atividade de comercialização na qual podemos destacar os estados de Amazonas, Rio Grande do Norte, Sergipe e São Paulo.</b></p> <p><b>O IBP recomenda que seja feito um convenio entre a Agência Reguladora Estadual com a ANP com o objetivo de que as informações possam ser compartilhadas e dessa forma a ARPE consiga ter acesso as informações que sejam de seu interesse.</b></p>
--	--	--

<p>Art. 2º (...)</p> <p>VIII- CONCESSIONÁRIO: pessoa jurídica detentora de Contrato de Concessão para a prestação do serviço público de distribuição de gás canalizado no Estado de Pernambuco;</p>	<p>Art. 2º (...)</p> <p>VIII- CONCESSIONÁRIO: pessoa jurídica detentora de Contrato de Concessão para a prestação dos serviços locais de gás <b>natural</b> canalizado no Estado de Pernambuco;</p>	<p>Inserimos o adjetivo “natural” pois o serviço público deve estar limitado ao gás natural na forma definida no inciso XXI do Art. 3º da Lei 14.134/2021 e não a qualquer substância em estado gasoso.</p> <p>Entendimento diverso deste estaria ampliando de maneira indevida a interpretação do Art. 25 da CF que trata apenas do “serviço local” de gás natural canalizado.</p> <p>Ademais, considerando a necessidade de que a presente Resolução esteja aderente à legislação vigente, sugerimos os ajustes indicados, de forma a manter a aderência ao disposto na Lei estadual nº 15.900/2016 (art. 3º, XII – “XII - concessionário: pessoa jurídica detentora de contrato de concessão, para prestação dos serviços locais de gás canalizado”).</p>
<p>Art. 2º (...)</p> <p>IX- CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: aquelas estabelecidas pelas Resoluções ANP nº 16/2008 e ANP nº 685/2017 e pela Resolução Arpe nº 34/2006, ou quaisquer outras que vierem a substituí-las;</p>	<p>Art. 2º (...)</p> <p>IX- CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA: aquelas estabelecidas pelas Resoluções ANP nº 16/2008 e ANP nº 685/2017 <del>e pela Resolução Arpe nº 34/2006</del>, ou quaisquer outras que vierem a substituí-las;</p>	<p>A ARPE não tem competência para tratar de especificação ou qualidade do gás natural. Esta é uma atribuição da ANP, conforme inciso XVIII do Art.8º da Lei 9.478/1997 (Lei do Petróleo).</p>
<p>XV - consumidor livre: consumidor de gás natural que, nos termos da legislação estadual, tem a opção de adquirir o gás natural de qualquer gente que realiza a atividade de comercialização de gás natural;</p>	<p>XV – CONSUMIDOR LIVRE consumidor de gás natural que, nos termos da legislação estadual, tem a opção de adquirir o gás <b>natural</b> de qualquer <del>comercializador, contratando o serviço de movimentação do gás ao concessionário</del> agente que realiza a</p>	<p>Definição em desacordo com o inciso XV do Art. 3º da Lei 14.134/2021.</p> <p>Invasão da competência federal pela ARPE.</p> <p>Quando a ARPE define que o consumidor livre pode adquirir</p>

	atividade de comercialização de gás natural;	APENAS de qualquer comercializador, está limitando o escopo de atuação de outros agentes no Estado de Pernambuco, como os produtores de gás, produtores de biometano e importadores gás, que também podem ser autorizados pela ANP a comercializar gás natural.
XIII- CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS: modalidade de contrato de compra e venda de gás, celebrado entre consumidor livre e comercializador, atendendo aos requisitos estabelecidos pela Resolução Arpe nº 212/2022;	XIII- CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE GÁS <b>NATURAL</b> : modalidade de contrato de compra e venda de gás, celebrado entre consumidor livre e <b>comercializador qualquer agente vendedor autorizado pela ANP</b> atendendo aos requisitos estabelecidos pela <b>Resolução ANP nº 52/2011 ou outra que venha a substituí-la Arpe nº 212/2022</b> ;	Conforme já exposto nas contribuições acima, O IBP defende que a atividade de comercialização de gás natural é de competência da ANP.  A correção deste aspecto é extremamente necessária para que não haja uma sobreposição de regulações e desta forma a agência estadual usurpar a competência da ANP em uma matéria que inclusive já está regulada por ela há mais de uma década.  A redação da forma como proposta pela ARPE cria um conflito federativo, traz insegurança jurídico-regulatória para os agentes da indústria e, ao fim, prejudica o desenvolvimento do mercado de gás natural em Pernambuco, contrariando, ainda, as diretrizes estratégicas previstas na Resolução CNPE nº 03/2022.
XV- CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS: modalidade de contrato pelo qual o concessionário e o consumidor livre, o autoimportador e o autoprodutor ajustam as	XV- CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS <b>NATURAL</b> : modalidade de contrato pelo qual o concessionário e o consumidor livre, o autoimportador e o autoprodutor ajustam as	Inserimos o adjetivo “natural” pois o serviço público deve estar limitado ao gás natural na forma definida no inciso XXI do Art. 3º da Lei 14.134/2021 e não a



características técnicas e as condições comerciais para a prestação do serviço de movimentação do gás através do uso do sistema de distribuição da área de concessão;	características técnicas e as condições comerciais para a prestação do serviço de movimentação do gás <b>natural</b> através do uso do sistema de distribuição da área de concessão;	qualquer substância em estado gasoso.  Entendimento diverso deste estaria ampliando de maneira indevida a interpretação do Art. 25 da CF que trata apenas do “serviço local” de gás natural canalizado.
Inserir novo Inciso	<b>CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL EM GASODUTO DEDICADO: modalidade de contrato pelo qual o concessionário e o consumidor livre, o autoimportador e o autoprodutor ajustam as características técnicas e as condições comerciais para a prestação do serviço de movimentação do gás natural em um gasoduto dedicado, isolado da malha doo concessionário e que conecta diretamente a fonte de suprimento à Unidade Usuária.</b>	Esta inserção é importante para tratar do caso em que o agente não é atendido pela malha da concessionária, mas está conectado diretamente a um terminal de GNL, a uma unidade de processamento de gás natural ou a um gasoduto de transporte de gás natural.  Normalmente essas situações ocorrem em arranjos de geração termelétrica, que dependem de um atendimento exclusivo e dedicado. Ao omitir esse tipo de situação, a ARPE está afastando potenciais investidores do Estado de PE.
XVI- CUSTOS DE GESTÃO DO MERCADO LIVRE: custos, despesas e encargos incorridos pelo concessionário associados à gestão do mercado livre, incluindo custos de gás do uso do sistema decorrentes de perdas operacionais;	<del>XVI- CUSTOS DE GESTÃO DO MERCADO LIVRE: custos, despesas e encargos incorridos pelo concessionário associados à gestão do mercado livre, incluindo custos de gás do uso do sistema decorrentes de perdas operacionais;</del>	Entendemos que não há custo de gestão do mercado livre de gás natural e sim reduções nas margens da distribuidora tendo em vista que o usuário que migrar para o mercado livre passará a exercer atividade que hoje são feitas pela distribuidora.  Podemos citar um exemplo, dentre os diversos, que no mercado livre os contratos são fechados bilateralmente, sem a interveniência da distribuidora. Na prática, ocorre justamente o contrário, ou seja, há uma redução de custos para a

		<p>concessionária quando ocorre a migração de um usuário.</p> <p>A questão de eventuais perdas operacionais e gás de uso do sistema devem ser tratadas no Contrato de Movimentação de Gás Natural quando essas já não são incorporadas na margem média.</p> <p>Ademais, esta cobrança não está em conformidade com a Nota Técnica Comissão nº 1/2023 e nem com o Art. 1º da minuta de Resolução pois criaria uma barreira para dificultar o desenvolvimento do mercado livre.</p>
<p>XVII- GÁS: gás natural, biometano ou a mistura de ambos, fornecido como energético, matéria-prima ou insumo de qualquer espécie a unidades consumidoras, na forma gasosa especificada pela ANP e canalizada através de sistema de distribuição, por um concessionário detentor de concessão dos serviços locais de gás canalizado</p>	<p><del>XVII- GÁS: gás natural, biometano ou a mistura de ambos, fornecido como energético, matéria-prima ou insumo de qualquer espécie a unidades consumidoras, na forma gasosa especificada pela ANP e canalizada através de sistema de distribuição, por um concessionário detentor de concessão dos serviços locais de gás canalizado</del></p> <p><b>XVII - GÁS NATURAL: todo hidrocarboneto que permanece em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, cuja composição poderá conter gases úmidos, secos e residuais;</b></p>	<p>A definição de gás natural trazida pela ARPE é uma junção de vários conceitos e não tem amparo legal, uma vez que difere do texto do inciso XXI do Art. 3º da Lei 14.134/2021 (Lei do Gás).</p> <p>Portanto, sugerimos que o texto seja excluído e substituído pelo texto da Lei do Gás,</p>
<p><b>Inserir novo inciso</b></p>	<p><b>GASODUTO DEDICADO: todas as instalações, incluindo gasodutos, que conectam diretamente o CONSUMIDOR LIVRE, CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE, o</b></p>	<p>Tendo em vista o desenvolvimento do setor de gás natural no estado de Pernambuco, é extremamente necessário incluir a definição do</p>

	<b>AUTOIMPORTADOR, ou AUTOPRODUTOR ao TRANSPORTE, Unidade de Processamento de Gás Natural ou Terminais de GNL, por meio de gasoduto específico e dedicado não interligado ao SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO;</b>	Gasoduto Dedicado, conforme já previsto no Art. 29 da Lei 14.134/2021 para uso específico do Agente em situações de conexão direta à fonte de suprimento, como terminais de GNL, gasodutos de transporte e unidades de processamento de gás natural, assim como também já previsto no inciso XXIV do Artigo 2º da Resolução 212/22  Este duto, destacado da malha da concessionária, terá tratamento tarifário distinto e possibilitará ao Estado de PE trazer mais competitividade para empreendimentos termelétricos, por exemplo.
XVIII- FATOR DO MERCADO LIVRE: percentual calculado pela Arpe a ser aplicado às margens de referência do mercado cativo, visando à obtenção das Tarifas de Utilização dos Serviços de Distribuição de cada segmento, por faixa de consumo, correspondente à dedução das despesas com comercialização de gás e ao acréscimo dos Custos de Gestão do Mercado Livre;	XVIII- FATOR DO MERCADO LIVRE: percentual calculado pela Arpe a ser aplicado às margens de referência do mercado cativo, visando à obtenção das Tarifas de Utilização dos Serviços de Distribuição de cada segmento, por faixa de consumo, correspondente à dedução das despesas com comercialização de gás e outras atividades que venham a ser realizadas pelo Consumidor livre de gás <b>natural e ao acréscimo dos Custos de Gestão do Mercado Livre;</b>	Conforme já exposto acima, entendemos que não há que se falar em acréscimo de custos de gestão do mercado livre. Os agentes migram para o ambiente livre por conta e risco e não dependem da concessionária para sua atuação.  Portanto, a cobrança de “custos de gestão” é desnecessária e inconveniente, podendo prejudicar o desenvolvimento do mercado livre em Pernambuco.
XX- MERCADO LIVRE: é o ambiente de contratação que compreende a comercialização de gás para consumidor livre por qualquer comercializador e a movimentação do gás pelo concessionário através do uso do sistema de distribuição da área de concessão, inclusive para o autoimportador e autoprodutor;	XX- MERCADO LIVRE: é o ambiente de contratação que compreende a comercialização de gás <b>natural</b> para consumidor livre por qualquer <b>agente vendedor autorizado pela ANP comercializador</b> e a movimentação do gás <b>natural</b> pelo concessionário através do uso do sistema de distribuição da área de concessão, <b>inclusive para o autoimportador e autoprodutor;</b>	Quando a ARPE define que o consumidor livre pode contratar APENAS com comercializadores, está limitando o escopo de atuação de outros agentes no Estado de Pernambuco, como os produtores de gás, produtores de biometano e importadores gás, que também podem ser autorizados pela ANP a comercializar gás natural.

		<p>Dessa forma, além de criar barreiras regulatórias desnecessárias, a ARPE prejudica deliberadamente o desenvolvimento do mercado de gás natural em Pernambuco.</p> <p>Outro ponto que merece atenção é que não há transação de comercialização com autoimportadores e autoprodutores pois esses agentes usam seu próprio gás, seja ele importado ou produzido nacionalmente. Em outras palavras, esses agentes não compram gás no mercado livre. Por isso, sugerimos a exclusão do final do texto.</p>
<p>XXIV- SERVIÇO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NA ÁREA DE CONCESSÃO: é o deslocamento de gás entre o ponto de recepção e o ponto de entrega de movimentação mediante a utilização do sistema de distribuição, realizado exclusivamente pelo concessionário;</p>	<p>XXIV- SERVIÇO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS <b>NATURAL</b> NA ÁREA DE CONCESSÃO: é o deslocamento de gás <b>natural</b> entre o ponto de recepção e o ponto de entrega de movimentação mediante a utilização do sistema de distribuição <b>ou do Gasoduto Dedicado</b>, realizado exclusivamente pelo concessionário, <b>o qual não inclui a comercialização de GÁS NATURAL aos USUÁRIOS e nem a movimentação de GÁS NATURAL na hipótese prevista no art. 1º, IV, desta Resolução;</b></p>	<p>As inclusões foram realizadas para deixar bem delimitada a área de atuação da concessionária, uma vez que estamos tratando aqui apenas da movimentação, ou seja, sem envolver transações de compra e venda de molécula.</p> <p>Além disso, não há que se falar em movimentação de gás natural ou prestação de serviço público dentro de uma área (terreno) privado.</p>
<p>XXV- TARIFA DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD): valor estabelecido em R\$/m³ a ser cobrado pelo concessionário ao consumidor livre, ao autoimportador ou ao autoprodutor, pela movimentação de gás na área de concessão e pela gestão da distribuição de gás canalizado, nos termos homologados pela Arpe;</p>	<p>XXV- TARIFA DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO (TUSD): valor estabelecido em R\$/m³ a ser cobrado pelo concessionário ao consumidor livre, ao autoimportador ou ao autoprodutor, pela movimentação de gás <b>natural</b> na área de concessão e pela gestão da distribuição de gás <b>natural</b> canalizado, nos termos homologados pela Arpe;</p>	<p>Inserimos o adjetivo “natural” pois o serviço público deve estar limitado ao gás natural na forma definida no inciso XXI do Art. 3º da Lei 14.134/2021 e não a qualquer substância em estado gasoso. Entendimento diverso deste estaria ampliando de maneira indevida a interpretação do Art. 25 da CF que trata apenas</p>

		do “serviço local” de gás natural canalizado.
Inserir novo inciso	<p><b>XXVI - TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA (TUSD-E): Tarifa que compreende a prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL CANALIZADO em GASODUTOS DEDICADOS, baseadas apenas nos custos de investimentos, quando o duto for construído e implantado pelo Concessionário, e nos custos de operação e manutenção do Gasoduto Dedicado.</b></p>	<p>O §1º do Art. 29 da Lei 14.134/2021 prevê tarifas específicas para o caso de Autoprodutores, Autoimportadores e Consumidores Livres atendidos por Gasodutos Dedicados.</p> <p>Desta forma, visando a harmonização entre as normas, é extremamente relevante para o desenvolvimento do setor de gás no estado de Pernambuco inserção deste novo inciso.</p> <p>Importante destacar que sem previsão de GASODUTOS DEDICADOS e TUSD-E o estado de Pernambuco perde competitividade, principalmente na atração de investimentos termelétricos que precisam obter sucessos em Leilões da ANEEL disputados nacionalmente.</p>
<p>XXVI- TERMO DE COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO DE GÁS: documento com validade jurídica que registre o compromisso de aquisição de gás assumido pelo interessado em participar do Mercado Livre no Estado de Pernambuco com um comercializador;</p> <p>XXVII- TERMO DE COMPROMISSO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS: documento assinado pelo representante legal do concessionário se comprometendo, junto ao interessado em participar do Mercado Livre no Estado de Pernambuco, a movimentar o gás fornecido por um comercializador, na área de concessão por meio da utilização do sistema de distribuição;</p>	<p><del>XXVI- TERMO DE COMPROMISSO DE AQUISIÇÃO DE GÁS: documento com validade jurídica que registre o compromisso de aquisição de gás assumido pelo interessado em participar do Mercado Livre no Estado de Pernambuco com um comercializador;</del></p> <p><del>XXVII- TERMO DE COMPROMISSO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS: documento assinado pelo representante legal do concessionário se comprometendo, junto ao interessado em participar do Mercado Livre no Estado de Pernambuco, a movimentar o gás fornecido por um comercializador, na área de concessão por meio da utilização do sistema de distribuição;</del></p>	<p>Por mais que bem-intencionado seja a definição desses termos de compromisso, eles podem se configurar em barreiras para dificultar o desenvolvimento do mercado livre ao criar uma burocracia que pode ser utilizada pela concessionária como meio para postergar/inviabilizar a atuação do agente livre, ou seja, estes termos de compromisso podem configurar ferramentas disponíveis para uso pela CDL em um cenário de potencial conflito de interesses.</p> <p>No caso do “termo de compromisso de aquisição de</p>

		<p>gás” trata-se de um documento a ser assinado por um potencial concorrente da concessionária no fornecimento de gás (molécula). Cria-se uma obrigação desnecessária para ser cumprida pelo agente livre</p> <p>No Caso do Termo de Compromisso de Movimentação de Gás, como se trata de um monopólio regulado, a concessionária possui a obrigação de prestar o serviço e apresentar argumento para não celebrar o contrato de serviço de distribuição, se for o caso.</p>
<p>Art. 3º O Mercado Livre no âmbito do Estado de Pernambuco é composto pelos seguintes agentes:</p> <p>I - Autoimportadores e Autoprodutores;</p> <p>II - Comercializadores;</p> <p>III - Consumidores Livres; e</p> <p>IV - Concessionário.</p>	<p>Art. 3º O Mercado Livre no âmbito do Estado de Pernambuco é composto pelos seguintes agentes:</p> <p>I - Autoimportadores e Autoprodutores;</p> <p>II – Comercializadores <b>autorizados pela ANP</b>;</p> <p>III - Consumidores Livres; e</p> <p>IV - Concessionário.</p> <p><b>V – Produtores de Gás Natural</b></p> <p><b>VI – Importadores de Gás Natural</b></p> <p><b>VII – Produtores de Biometano</b></p>	<p>A redação original omitia importantes agentes da indústria de gás natural, como produtores e importadores. Também omitia os produtores de biometano que, em algumas situações, podem ter seu produto equiparado ao gás natural.</p>
<p>“Art. 4º O enquadramento como Consumidor Livre poderá ser solicitado à Arpe quando atendidos os seguintes parâmetros de consumo médio anual:</p> <p>a) igual ou superior a 50.000 (cinquenta mil) m<sup>3</sup>/dia;</p> <p>b) igual ou superior a 30.000 (trinta mil) m<sup>3</sup>/dia, a partir de 1º de janeiro de 2024; e</p> <p>c) igual ou superior a 10.000 (dez mil) m<sup>3</sup>/dia, a partir de 1º de janeiro 2025.</p>	<p>Art. 4º O enquadramento como Consumidor Livre poderá ser solicitado à Arpe <del>quando atendidos os seguintes parâmetros de consumo médio anual</del> por qualquer interessado, independentemente do consumo histórico ou do consumo previsto.</p> <p><del>a) igual ou superior a 50.000 (cinquenta mil) m<sup>3</sup>/dia;</del></p> <p><del>b) igual ou superior a 30.000 (trinta mil) m<sup>3</sup>/dia, a partir de 1º de janeiro de 2024; e</del></p>	<p>Como a venda de molécula não é um monopólio natural, não deveria ser estabelecido limite mínimo de consumo para um usuário ser atendido como consumidor livre a fim de evitar que a venda de molécula se torne um monopólio adicional para a distribuidora.</p> <p>Assim, deveria ser permitido a qualquer usuário solicitar a sua caracterização como consumidor livre caso entenda possuir suprimento de molécula mais vantajoso/competitiva que a</p>



....."	<del>c) — igual ou superior a 10.000 (dez mil) m<sup>3</sup>/dia, a partir de 1º de janeiro 2025.</del>	molécula oferecido pela distribuidora.
<p>Art. 5º Para requerer o enquadramento como consumidor livre, o interessado deverá encaminhar à ARPE:</p> <p>I - Termo de Compromisso de Aquisição de Gás;</p> <p>II - Termo de Compromisso para Movimentação de Gás; e</p> <p>III - Declaração de Regularidade emitida pelo concessionário, quando se tratar da migração do mercado cativo para o mercado livre.</p> <p>§ 1º Para obtenção do termo de compromisso para movimentação de gás, o consumidor cativo que pretenda migrar para o mercado livre deverá notificar o concessionário sobre sua intenção em rescindir o contrato de fornecimento ou em reduzir a quantidade diária contratada.</p> <p>§ 2º A rescisão do contrato de fornecimento somente produzirá efeitos após doze meses, contados do recebimento da notificação pelo concessionário.</p> <p>§ 3º A autorização de enquadramento será emitida pela Arpe por prazo indeterminado, exceto quando houver prazo de validade estipulado nos termos de compromisso de aquisição de gás ou de movimentação de gás.</p> <p>§ 4º Terminada vigência de uma autorização de enquadramento o interessado deverá requerer à Arpe novo processo de enquadramento</p>	<p><del>Art. 5º Para requerer o enquadramento como consumidor livre, o interessado deverá encaminhar à ARPE:</del></p> <p><del>I — Termo de Compromisso de Aquisição de Gás;</del></p> <p><del>II — Termo de Compromisso para Movimentação de Gás; e</del></p> <p><del>III — Declaração de Regularidade emitida pelo concessionário, quando se tratar da migração do mercado cativo para o mercado livre.</del></p> <p><del>§ 1º Para obtenção do termo de compromisso para movimentação de gás, o consumidor cativo que pretenda migrar para o mercado livre deverá notificar o concessionário sobre sua intenção em rescindir o contrato de fornecimento ou em reduzir a quantidade diária contratada.</del></p> <p><del>§ 2º A rescisão do contrato de fornecimento somente produzirá efeitos após doze meses, contados do recebimento da notificação pelo concessionário.</del></p> <p><del>§ 3º A autorização de enquadramento será emitida pela Arpe por prazo indeterminado, exceto quando houver prazo de validade estipulado nos termos de compromisso de aquisição de gás ou de movimentação de gás.</del></p> <p><del>§ 4º Terminada vigência de uma autorização de enquadramento o interessado deverá requerer à Arpe novo processo de enquadramento</del></p> <p>Art. 5º Para requerer o enquadramento como consumidor livre, o interessado deverá</p>	<p>As exigências de termos de compromisso dos itens I e II do art. 5º criam potenciais conflitos de interesse e oportunidades para a CDL postergar/atrasar o desenvolvimento do mercado livre.</p> <p>A declaração de regularidade a ser emitida pela CDL deveria ser eliminada. A CDL é responsável por um monopólio regulado e, em contrapartida, tem a obrigação de prestar o serviço, conforme estabelecido no contrato de concessão.</p> <p>Cabe à CDL apresentar argumento para não celebrar o contrato de serviço de distribuição, se for o caso. As exigências dos termos de compromisso e da declaração de regularidade devem ser retiradas do Art. 5º.</p>

	<p>encaminhar à ARPE solicitação indicando o consumo previsto na sua unidade de consumo.</p> <p>§ 1º O consumidor cativo que pretenda migrar para o mercado livre deverá notificar o concessionário sobre sua intenção em rescindir o contrato de fornecimento ou em reduzir a quantidade diária contratada.</p> <p>§ 2º A autorização de enquadramento será emitida pela Arpe em até 30 dias após a solicitação e terá prazo indeterminado.</p>	
<p>Art. 6º Os autoprodutores e autoimportadores, qualificados pela ANP, para ingresso no mercado livre em Pernambuco, deverão atender ao disposto na Resolução Arpe nº 96/2014.</p>	<p><del>Art. 6º Os autoprodutores e autoimportadores, qualificados pela ANP, para ingresso no mercado livre em Pernambuco, deverão atender ao disposto na Resolução Arpe nº 96/2014</del></p>	<p>Os autoprodutores e autoimportadores de gás natural são regulados, autorizados e fiscalizados pela ANP, nos termos do inciso XXX do Art. 8º da Lei 9478/1997 (Lei do Petróleo).</p> <p>Dessa forma, a ARPE não tem competência legal para regular tais agentes e, neste caso, estaria indevidamente usurpando uma atividade da ANP.</p>
<p>Art. 7º O consumidor livre participará efetivamente do mercado livre após enquadramento autorizado pela Arpe e assinatura de:</p> <p>I- Contrato de Comercialização de Gás, firmado com comercializador autorizado pela Arpe;</p> <p>II- Contrato de Movimentação de Gás, firmado com o concessionário;</p> <p>III- Acordo Operacional para o Mercado Livre firmado pelo concessionário, comercializador, e consumidor livre; e</p>	<p>Art. 7º O consumidor livre participará efetivamente do mercado livre após enquadramento autorizado pela Arpe e assinatura de:</p> <p>I- Contrato de Comercialização de Gás <b>natural</b>, firmado com <b>qualquer agente vendedor de gás autorizado pela ANP</b> <del>comercializador autorizado pela Arpe;</del></p> <p>II- Contrato de Movimentação de Gás, firmado com o concessionário;</p> <p><del>III- Acordo Operacional para o Mercado Livre firmado pelo concessionário, comercializador, e consumidor livre; e</del></p>	<p>Conforme já exposto acima, entendemos que a competência para legislar sobre a atividade de comercialização é da ANP. Portanto, qualquer exigência além das condições àquelas já definidas pela ANP na RANP 52/2011, gera burocracia e insegurança jurídica. A proposta elaborada pela ARPE limita o acesso ao mercado livre de gás em Pernambuco somente aos Comercializadores que sejam autorizados por ela, em uma explícita criação de reserva de mercado.</p>



		<p>Portanto, sugerimos alteração no inciso I para sanar este problema e manter a norma estadual aderente às diretrizes estratégicas para o desenho de novo mercado de gás natural no Brasil, nos termos da Resolução CNPE nº 03/2022.</p> <p>Da mesma forma, o inciso III deve ser excluído na íntegra pois o Acordo Operacional é completamente desnecessário e constitui outra barreira regulatória para o acesso ao mercado livre de gás natural.</p> <p>Todos os compromissos técnicos e operacionais devem constar do Contrato de Movimentação e não deve haver nenhum outro artifício em forma de Acordo para a ARPE ditar regras sobre o mercado livre de gás natural.</p>
<p>Art. 8º. O concessionário construirá as instalações e os gasodutos necessários para o atendimento às necessidades de movimentação de gás dos consumidores livres, dos autoimportadores e dos autoprodutores, nos termos do contrato de concessão.</p>	<p>Art. 8º. <b>Ressalvadas as disposições do Art. 8º-A</b>, o concessionário construirá as instalações e os gasodutos necessários para o atendimento às necessidades de movimentação de gás dos consumidores livres, dos autoimportadores e dos autoprodutores, nos termos do contrato de concessão.</p>	<p>O Art. 29 da Lei 14.134/2021 prevê que autoprodutores, autoimportadores e consumidores livres podem construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para o seu uso específico.</p> <p>Dessa forma, é importante que a regulação estadual também contemple essa possibilidade e, por isso, nem sempre apenas o concessionário construirá os gasodutos.</p>
<p><b>Inserir novo Artigo</b></p>	<p><b>Art. 8º-A. O Consumidor Livre, o Autoimportador e/ou o Autoprodutor poderá construir e implantar, diretamente, GASODUTOS DEDICADOS, mediante celebração de contrato que atribua à</b></p>	<p>O Art. 29 da Lei 14.134/2021 prevê que autoprodutores, autoimportadores e consumidores livres podem construir e implantar,</p>

	<p><b>CONCESSIONÁRIA a sua operação e manutenção, devendo GASODUTOS DEDICADOS serem incorporados ao patrimônio estadual mediante declaração de utilidade pública e justa e prévia indenização, por ocasião da sua total utilização.</b></p> <p><b>§ 1º. O valor equivalente à participação financeira dos AUTOPRODUTORES, AUTOIMPORTADORES e CONSUMIDORES LIVRES para os investimentos previstos no caput não será adicionado à base regulatória de ativos da CONCESSIONÁRIA para efeito do cálculo das TARIFAS.</b></p> <p><b>§ 2º. A TUSD-E, definida nos termos do art. 21-A desta Resolução, será devida sempre que o CONSUMIDOR LIVRE, o AUTOIMPORTADOR ou AUTOPRODUTOR for atendido por GASODUTO DEDICADO.</b></p> <p><b>§3º. A CONCESSIONÁRIA terá prazo de até 90 (noventa) dias para responder ao pedido, encaminhado por escrito e devidamente protocolizado, de construção do GASODUTO DEDICADO apresentado pelo CONSUMIDOR LIVRE, o AUTOIMPORTADOR ou AUTOPRODUTOR.</b></p> <p><b>§ 4º. O CONSUMIDOR LIVRE, o AUTOIMPORTADOR ou AUTOPRODUTOR poderá construir GASODUTO DEDICADO quando: (i) o prazo estabelecido pela CONCESSIONÁRIA para sua construção for incompatível com suas necessidades, (ii) o custo de construção diretamente pelos referidos agentes for menor que os custos apresentados pela CONCESSIONÁRIA ou (iii) quando a</b></p>	<p>diretamente, instalações e dutos para o seu uso específico.</p> <p>Dessa forma, é importante que a regulação estadual também contemple essa possibilidade e, por isso, nem sempre apenas o concessionário construirá os gasodutos.</p>
--	--	---

	<p><b>CONCESSIONÁRIA não puder atender as necessidades desses Agentes.</b></p> <p><b>§5º. Nos casos indicados no §3º deste artigo, a construção do GASODUTO DEDICADO pelo Consumidor Livre, Autoprodutor e/ou Autoimportador deverá ser apreciada pela ARPE, no prazo de, no máximo, 90 (noventa) dias contados da sua ciência em relação à resposta encaminhada pelo CONCESSIONÁRIO nos termos do §3º acima.</b></p> <p><b>§6º Casos os prazos indicados nos § 3º e 5º deste artigo não sejam observados, ou não seja apresentada justificativa para a sua prorrogação, o CONSUMIDOR LIVRE, o AUTOIMPORTADOR ou AUTOPRODUTOR poderá construir diretamente o GASODUTO DEDICADO, observadas as regras aplicáveis.</b></p>	
<p>Art. 9º. Sem prejuízo da legislação em vigor, os direitos e as obrigações do consumidor livre, autoimportador ou autoprodutor na utilização do serviço público de distribuição de gás canalizado consistem em:</p> <p>(...)</p> <p>§ 1º Os consumidores livres poderão adquirir gás de mais de um comercializador, desde que as regras de programações sejam verificáveis para fins de faturamento.</p> <p>§ 2º É vedada a revenda ou a cessão a terceiros pelo consumidor livre, pelo autoimportador ou pelo autoprodutor do gás de sua propriedade, salvo quando exercer a atividade de comercializador autorizado pela Arpe, conforme a Resolução Arpe nº 212/2022.</p>	<p>Art. 9º. <del>Sem prejuízo da legislação em vigor,</del> Os direitos e as obrigações do consumidor livre, autoimportador ou autoprodutor na utilização do serviço público de distribuição de gás <b>natural</b> canalizado consistem em:</p> <p>(...)</p> <p>§ 1º Os consumidores livres poderão adquirir gás <b>natural</b> de mais de um <b>agente vendedor de gás autorizado pela ANP comercializador</b>, desde que as regras de programações sejam verificáveis para fins de faturamento.</p> <p><del>§ 2º É vedada a revenda ou a cessão a terceiros pelo consumidor livre, pelo autoimportador ou pelo autoprodutor do gás de sua propriedade, salvo quando exercer a atividade de comercializador</del></p>	<p>O termo “legislação em vigor” traz ambiguidade, pois não especifica qual legislação deve ser cumprida. Aparentemente, pode evocar uma competência estadual, que não existe, para regular o mercado de gás natural. Portanto, sugerimos que seja excluído.</p> <p>A mudança no §1º é necessária para eliminar a restrição colocada pela ARPE para que o gás natural seja adquirido apenas dos agentes para os quais ela reservou mercado por meio de uma autorização estadual sem base legal e conflitante com o inciso XXVI do Art.8ª da Lei 9.478/1997 (Lei do Petróleo).</p> <p>O §2º deve ser excluído pois conflita diretamente com o Art.</p>

	<del>autorizado pela Arpe, conforme a Resolução Arpe nº 212/2022.</del>	10-A da Resolução ANP 52/2011, que prevê que o adquirente do gás natural pode comercializar o produto para qualquer interessado, sendo vedada a imposição de cláusulas de destino. Tal conflito comprova que a dupla regulação gera insegurança jurídica para os agentes
<p>Art. 17. Os consumidores livres, os autoimportadores e os autoprodutores farão uso do serviço de distribuição de gás prestado pelo concessionário, cabendo a este a cobrança das Tarifas de Utilização dos Serviços de Distribuição (TUSD) homologadas pela Arpe.</p> <p>Parágrafo único. O concessionário deverá observar as disposições da Resolução Arpe nº 96/2014, para a homologação da TUSD a ser cobrada dos autoprodutores e autoimportadores.</p>	<p>Art. 17. Os consumidores livres, os autoimportadores e os autoprodutores <b>que utilizarem o farão uso de</b> serviço de distribuição de gás <b>natural</b> prestado pelo concessionário, <del>cabendo a este</del> <b>estarão sujeitos</b> a cobrança das Tarifas de Utilização dos Serviços de Distribuição (TUSD) homologadas pela Arpe, <b>após processo de consulta e audiência pública.</b></p> <p><del>Parágrafo único. O concessionário deverá observar as disposições da Resolução Arpe nº 96/2014, para a homologação da TUSD a ser cobrada dos autoprodutores e autoimportadores.</del></p>	<p>O serviço público é opcional e não obrigatório. Portanto, não há que haver imposição para os consumidores livres, os autoimportadores e os autoprodutores usarem o serviço de distribuição.</p> <p>Tais agentes podem estar fora da malha da distribuidora, como por exemplo, usinas termelétricas instaladas dentro de terminais de GNL (TUPs – terminais de uso privado) ou ainda atendidos por Gasodutos Dedicados. Dessa forma, a TUSD só é devida quando o agente efetivamente usar a malha da distribuidora e houver um serviço prestado, sob pena de haver um enriquecimento ilícito e sem causa da concessionária.</p> <p>Outro ponto importante é que o processo de homologação da TUSD deve ser público e transparente, de forma que todos os usuários da concessão contribuam para análise e definição dos valores a serem cobrados pela concessionária, através das margens de distribuição, assim como os custos a serem deduzidos da margens através dos custos</p>

		evitados que passam a ser realizados pelo consumidor livre.
Inserir novo artigo	<p>Art. 17-A. Os consumidores livres, os autoimportadores e os autoprodutores atendidos por GASODUTOS DEDICADOS estarão sujeitos a cobrança das TARIFA DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO ESPECÍFICA (TUSD-E) homologada pela Arpe, após processo de consulta e audiência pública.</p> <p>Parágrafo único. A TUSD-E deve considerar apenas os custos de operação e manutenção do Gasoduto Dedicado e os custos de investimento, caso a sua construção tenha sido realizada pelo CONCESSIONÁRIO.</p>	Aos Agentes atendidos por GASODUTOS DEDICADOS é necessário prever uma tarifa específica, conforme §1º do Art. 29 da Lei 14.134/2021.
Art. 18. As TUSD a serem cobradas dos consumidores livres serão calculadas aplicando-se o Fator do Mercado Livre nas margens das faixas de consumo componentes da estrutura tarifária do mercado cativo.	Art. 18. As TUSD a serem cobradas dos consumidores livres, <b>autoprodutores e autoimportadores</b> , serão calculadas aplicando-se o Fator do Mercado Livre nas margens das faixas de consumo componentes da estrutura tarifária do mercado cativo.	A TUSD deve também ser aplicada aos Autoprodutores e Autoimportadores quando cabível. Portanto, sugerimos a inclusão no texto.
Inserir novo artigo	<p>A TUSD aplicável ao serviço de distribuição de gás natural prestado pelo concessionário deverá ser justa, buscar a modicidade tarifária, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO DE CONCESSÃO e a busca da eficiência na prestação do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, buscando ao máximo minimizar subsídios cruzados entre os segmentos.</p> <p>§ 1º. Para cálculo da remuneração do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO, nos termos deste artigo, a ARPE avaliará os investimentos realizados pelo CONCESSIONÁRIO, que comporão a</p>	Sugerimos um conjunto de regras para a ARPE definir a TUSD, baseado nas melhores práticas de outros estados, como o ES, por exemplo.

	<p>base regulatória de ativos diretamente empregados na prestação do serviço, e custos operacionais associados à</p> <p>§ 2º. A remuneração dos investimentos realizados pelo CONCESSIONÁRIO deverá considerar taxa de retorno coerente com a natureza do SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO.</p> <p>§ 3º. Os custos operacionais e de manutenção do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO deverão seguir os critérios de eficiência estabelecidos pela ARPE.</p> <p>§ 4º. Será realizado processo de Revisão Tarifária para definição da MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO e TUSD a serem praticadas pelo CONCESSIONÁRIO no ciclo tarifário seguinte, dando ampla publicidade e transparência a este processo e à ESTRUTURA TARIFÁRIA definida.</p> <p>§ 5º. Considerando que as perdas do SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO são incorporadas à MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO e à TUSD, as mesmas não poderão ser exigidas separadamente ao CONSUMIDOR LIVRE, CONSUMIDOR PARCIALMENTE LIVRE, AUTO-IMPORTADOR e AUTOPRODUTOR.</p>	
<p><b>Art.19.</b></p> <p>(inserir novos parágrafos)</p>	<p><b>Art.19.</b></p> <p>(...)</p> <p>§ 2º. Para cálculo da TUSD, a ARPE deverá definir percentual de redução da MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO, referente ao FATOR DO MERCADO LIVRE, conferindo a devida transparência do cálculo deste</p>	<p>Esses novos parágrafos foram inseridos para trazer as linhas gerais da metodologia para o cálculo da TUSD, que deverá considerar a margem do segmento, abatida dos custos comerciais e despesas de gestão dos contratos de gás natural, uma vez que os Consumidores Livres, Autoprodutores e</p>

	<p>percentual durante o processo de Revisão Tarifária.</p> <p>§ 3º. O FATOR DO MERCADO LIVRE, disposto no § 2º deste artigo deverá considerar, mas não se limitando, à:</p> <p>I – Gestão de aquisição de GÁS NATURAL e TRANSPORTE, incluindo as penalidades impostas nos contratos e compra e venda firmado entre o CONCESSIONÁRIO e supridor(es) e TRANSPORTADOR(es) de GÁS NATURAL.</p> <p>II – Comunicação e marketing.</p> <p>III – Despesas de pessoal da diretoria comercial.</p> <p>IV – Despesas de pessoal do centro de custo de suprimento de GÁS NATURAL.</p> <p>V – Despesas jurídicas relacionadas com a COMERCIALIZAÇÃO e ativos utilizados especificamente para este fim.</p> <p>VI – Custos relacionados aos ativos usados para o desenvolvimento da atividade de COMERCIALIZAÇÃO.</p> <p>§ 4º. Após 30 (trinta) dias da publicação desta Resolução, será aberta consulta e audiência pública para definição de metodologia de cálculo do FATOR DO MERCADO LIVRE.</p>	<p>Autoimportadores não adquirem gás natural da concessionária.</p>
<p>Inserir novo artigo (21-A)</p>	<p>Art. 21-A. Para os CONSUMIDORES LIVRES, AUTOIMPORTADORES ou AUTOPRODUTORES atendidos por GASODUTOS DEDICADOS, a ARPE calculará a TUSD-E conforme as especificidades de cada instalação, considerando os investimentos comprovadamente empregados pelo CONCESSIONÁRIO para sua construção, as taxas de remuneração e de depreciação correspondentes e os custos de operação e manutenção, em observância aos princípios da razoabilidade, transparência,</p>	<p>O Art. 29 da Lei 14.134/2021 prevê a possibilidade de atendimento dos Autoimportadores, Autoprodutores e Consumidores Livres por meio de gasodutos dedicados, sendo que nesta condição tais agentes têm direito a tarifas específicas (TUSD-E), que observem os princípios da razoabilidade, transparência, publicidade e às especificidades das instalações. Dessa forma, sugerimos a inserção deste novo</p>



	<p>publicidade e às especificidades de cada instalação.</p> <p>§ 1º. A metodologia para cálculo da TUSD-E será determinada em Resolução específica, após realização de consulta e audiência pública, em até 60 (sessenta) dias após publicada esta Resolução.</p> <p>§ 2º. Na construção do GASODUTO DEDICADO, nos termos deste artigo, ficam estabelecidas as seguintes regras:</p> <p>a) Quando a construção for custeada e realizada integralmente pelo CONSUMIDOR LIVRE, AUTOIMPORTADOR ou AUTOPRODUTOR, os investimentos e taxas de remuneração e depreciação correspondentes não serão considerados para fins de remuneração do CONCESSIONÁRIO.</p> <p>b) Quando a construção for parcialmente custeada pelo CONSUMIDOR LIVRE, AUTO-IMPORTADOR OU AUTOPRODUTOR, a proporção do capital empregado por estes agentes e das taxas de remuneração e depreciação correspondentes não serão consideradas no cálculo da remuneração do CONCESSIONÁRIO.</p> <p>§ 3º. Fica vedada a cobrança, pelo CONCESSIONÁRIO, de antecipação de receita para custear a construção dos GASODUTOS DEDICADOS.</p>	<p>Artigo para deixar a Resolução da ARPE aderente à Lei Federal.</p>
<p>Art. 22. Os contratos de movimentação de gás conterão, no mínimo, as seguintes cláusulas:</p> <p>I- identificação do consumidor livre, do autoimportador ou do autoprodutor;</p> <p>II- localização da unidade usuária;</p>	<p><del>Art. 22.— Os contratos de movimentação de gás conterão, no mínimo, as seguintes cláusulas:</del></p> <p><del>I- identificação do consumidor livre, do autoimportador ou do autoprodutor;</del></p> <p><del>II- localização da unidade usuária;</del></p>	<p>Verifica-se que a redação do presente artigo não reflete exatamente o disposto no art. 35 da Lei estadual nº 15.900/2016.</p> <p>Ademais, ao invés de indicar um conteúdo mínimo de cláusulas, o que já é feito no âmbito da</p>



<p>III- natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária, a finalidade da utilização do gás e a obrigatoriedade de comunicar eventuais alterações supervenientes;</p> <p>IV- capacidade contratada;</p> <p>V- identificação do ponto de recepção e do ponto de entrega de movimentação;</p> <p>VI- condições de qualidade, pressão no ponto de recepção e no ponto de entrega de movimentação, e demais características técnicas do serviço de movimentação de gás;</p> <p>VII- regras de programação, encargos e penalidades aplicáveis por falha de programação;</p> <p>VIII- critérios de medição do gás movimentado;</p> <p>IX- penalidades aplicáveis por falha na prestação do serviço de movimentação;</p> <p>X- data de início do serviço de movimentação de gás;</p> <p>XI- valor da TUSD e critérios de seu reajuste e revisão;</p> <p>XII- indicação de incidência dos tributos aplicáveis sobre a TUSD;</p> <p>XIII- regras para faturamento, inclusive as relativas à periodicidade, vencimento e forma de pagamento das faturas, encargos e penalidades respectivas;</p> <p>XIV- indicação de sujeição à superveniência das normas regulatórias;</p> <p>XV- prazo de vigência contratual.</p> <p>Parágrafo único. Os contratos de movimentação de gás poderão conter cláusulas de ressarcimento, nos casos de investimentos em expansão de rede para atender unidade usuária no mercado livre, voltadas para o caso em que o consumidor livre, o autoimportador ou o autoprodutor venha a suspender o uso do serviço de movimentação de gás antes do prazo necessário à recuperação dos</p>	<p><del>III- natureza da atividade desenvolvida na unidade usuária, a finalidade da utilização do gás e a obrigatoriedade de comunicar eventuais alterações supervenientes;</del></p> <p><del>IV- capacidade contratada;</del></p> <p><del>V- identificação do ponto de recepção e do ponto de entrega de movimentação;</del></p> <p><del>VI- condições de qualidade, pressão no ponto de recepção e no ponto de entrega de movimentação, e demais características técnicas do serviço de movimentação de gás;</del></p> <p><del>VII- regras de programação, encargos e penalidades aplicáveis por falha de programação;</del></p> <p><del>VIII- critérios de medição do gás movimentado;</del></p> <p><del>IX- penalidades aplicáveis por falha na prestação do serviço de movimentação;</del></p> <p><del>X- data de início do serviço de movimentação de gás;</del></p> <p><del>XI- valor da TUSD e critérios de seu reajuste e revisão;</del></p> <p><del>XII- indicação de incidência dos tributos aplicáveis sobre a TUSD;</del></p> <p><del>XIII- regras para faturamento, inclusive as relativas à periodicidade, vencimento e forma de pagamento das faturas, encargos e penalidades respectivas;</del></p> <p><del>XIV- indicação de sujeição à superveniência das normas regulatórias;</del></p> <p><del>XV- prazo de vigência contratual.</del></p> <p><del>Parágrafo único. Os contratos de movimentação de gás poderão conter cláusulas de ressarcimento, nos casos de investimentos em expansão de rede para atender unidade usuária no mercado livre, voltadas para o caso em que o consumidor livre, o autoimportador ou o autoprodutor venha a suspender o uso do serviço de movimentação de gás antes do prazo necessário à</del></p>	<p>referida Lei estadual, entende-se mais adequado que a ARPE proponha uma minuta semipadronizada de CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL e colocar tal documento em Consulta e Audiência Pública.</p> <p>A partir daí o Estado de PE estaria dotado de um instrumento de adesão, público, para dar tratamento isonômico e transparente a todos os Agentes do Mercado Livre.</p>
--	--	---

<p>investimentos realizados, mediante aprovação específica da Arpe.</p>	<p><del>recuperação dos investimentos realizados, mediante aprovação específica da Arpe.</del></p> <p>Art. 22. As cláusulas padrão para o CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL serão estabelecidas em Resolução específica, com prévia submissão do modelo contratual a processo de consulta e audiência pública para recebimento de contribuições da sociedade.</p> <p>§ 1º. O modelo de CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL referenciado no caput será submetido para consulta e audiência pública em até 180 (cento e oitenta) dias após publicação da presente Resolução.</p> <p>§ 2º. A publicação do modelo de CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL será realizada no período máximo de até 1 (um) ano contado da publicação da presente Resolução.</p> <p>§ 3º. Na falta da publicação do modelo de CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL dentro do prazo supramencionado, as partes interessadas deverão assinar contrato resultante de negociação bilateral.</p>	
<p>Art. 23. O contrato de movimentação de gás deverá conter a obrigação de pagamento pela capacidade contratada, em base mensal, ainda que não seja realizado o serviço de movimentação de gás na área de concessão por culpa não imputável ao concessionário. (....) Inserir novo parágrafo após o §1º</p>	<p>Art. 23. O contrato de movimentação de gás <b>natural</b> deverá conter a obrigação de pagamento pela capacidade contratada, em base mensal, ainda que não seja realizado o serviço de movimentação de gás na área de concessão por culpa não imputável ao concessionário. (...) <b>§ 1º A – Quando da utilização da capacidade contratada inferior a 80%</b></p>	<p>O objetivo desta sugestão é contemplar a forma de uso de alguns tipos de clientes que possuem muita sazonalidade, como centrais termelétricas, por exemplo.</p>

	(oitenta por cento) o pagamento será estabelecido segundo o percentual negociado entre as partes no CONTRATO DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL;	
<p>Art. 27. São direitos e obrigações do consumidor livre, do autoimportador ou do autoprodutor, relativos aos contratos de movimentação de gás:</p> <p>I- receber as faturas do serviço com antecedência mínima de 5 (cinco) dias das datas dos vencimentos;</p> <p>(...)</p> <p>V- garantir aos representantes do concessionário o livre acesso aos locais em que estiver instalada a Estação de Redução de Pressão e Medição (ERPM), para fins de leitura, manutenção e suspensão dos serviços de movimentação de gás, bem como aos locais de utilização do gás, para fins de inspeção.</p>	<p>Art. 27. São direitos e obrigações do consumidor livre, do autoimportador ou do autoprodutor, relativos aos contratos de movimentação de gás <b>natural</b>:</p> <p>I- receber as faturas do serviço com antecedência mínima de 15 (quinze) dias das datas dos vencimentos;</p> <p>(...)</p> <p>V- garantir aos representantes do concessionário o livre acesso aos locais em que estiver instalada a Estação de Redução de Pressão e Medição (ERPM), para fins de leitura, manutenção e suspensão dos serviços de movimentação de gás <b>natural, bem como aos locais de utilização do gás, para fins de inspeção.</b></p>	<p>I - Ajustar o prazo para pagamento de modo a evitar atrasos que podem ocorrer com muita frequência com um prazo de apenas 5 dias, principalmente se for o caso de um feriado junto ao final de semana.</p> <p>V - Segundo o inciso XXI do Art. 2º da presente minuta de Resolução, o limite de responsabilidade do concessionário acaba no Ponto de Entrega (texto reproduzido abaixo):</p> <p><i>“XXI - PONTO DE ENTREGA DE MOVIMENTAÇÃO: local físico de entrega do gás pelo concessionário, ao consumidor livre, autoimportador ou autoprodutor, que caracteriza o limite de responsabilidade do concessionário, a partir da última válvula de bloqueio de saída do conjunto de regulação e medição pertencentes ao concessionário;”</i></p> <p>Dessa forma, não faz sentido permitir que o concessionário faça qualquer inspeção nos locais de utilização do gás e, por isso, sugerimos a exclusão.</p>
<p>Art. 28. O concessionário, os consumidores livres, autoimportadores, autoprodutores e os comercializadores deverão aderir ao Acordo Operacional para o</p>	<p><del>Art. 28. O concessionário, os consumidores livres, autoimportadores, autoprodutores e os comercializadores deverão aderir ao Acordo Operacional para o</del></p>	<p>Regras de comunicações entre agentes e informações operacionais como programação e retiradas de gás devem fazer parte do CONTRATO DE</p>

<p>Mercado Livre para atuar no Mercado Livre de Gás de Pernambuco, que irá dispor sobre as regras aplicáveis às comunicações entre os agentes, às informações operacionais, incluindo regras de programação de retirada de gás e determinará as responsabilidades de cada agente, inclusive critérios para apuração da quantidade diária medida do consumidor livre, autoproductor e autoimportador.</p> <p>§1º. Os comercializadores devem buscar junto ao concessionário para aderir ao Acordo Operacional para o Mercado Livre, para regularizar a atividade de comercialização, sob pena da autorização da Arpe ser revogada.</p> <p>§2º. O Acordo Operacional para o Mercado Livre terá anuência dos consumidores livres, dos autoimportadores e dos autoproductores, devendo ser anexado ao Contrato de Movimentação.</p> <p>§3º. Em caso de conflito entre as partes na adesão ao Acordo Operacional para o Mercado Livre, a Arpe deverá ser acionada para atuar, no âmbito de sua competência, na solução ou moderação desses conflitos.</p>	<p><del>Mercado Livre para atuar no Mercado Livre de Gás de Pernambuco, que irá dispor sobre as regras aplicáveis às comunicações entre os agentes, às informações operacionais, incluindo regras de programação de retirada de gás e determinará as responsabilidades de cada agente, inclusive critérios para apuração da quantidade diária medida do consumidor livre, autoproductor e autoimportador.</del></p> <p><del>§1º. Os comercializadores devem buscar junto ao concessionário para aderir ao Acordo Operacional para o Mercado Livre, para regularizar a atividade de comercialização, sob pena da autorização da Arpe ser revogada.</del></p> <p><del>§2º. O Acordo Operacional para o Mercado Livre terá anuência dos consumidores livres, dos autoimportadores e dos autoproductores, devendo ser anexado ao Contrato de Movimentação.</del></p> <p><del>§3º. Em caso de conflito entre as partes na adesão ao Acordo Operacional para o Mercado Livre, a Arpe deverá ser acionada para atuar, no âmbito de sua competência, na solução ou moderação desses conflitos.</del></p>	<p>MOVIMENTAÇÃO DE GÁS NATURAL e não de um Acordo, considerando, inclusive, as especificidades relacionadas a cada um dos Contratos de Movimentação.</p> <p>O Acordo Operacional constitui outra barreira regulatória para o acesso ao mercado livre de gás natural. Todos os compromissos técnicos e operacionais devem constar do Contrato de Movimentação e não deve haver nenhum outro instrumento em forma de Acordo para a ARPE ditar regras sobre o mercado livre de gás natural.</p> <p>Ademais, conforme já exposto anteriormente, a competência para regular e fiscalizar as atividades desempenhadas pelo Comercializador é da ANP, nos termos da Lei nº 14.134/2021 e Lei nº 9.478/1997, não cabendo ao ente estadual impor regras adicionais.</p> <p>Especificamente em relação à solução de conflitos envolvendo os Comercializadores, o §5º do Art. 31 da Lei 14.134/2021 (reproduzido abaixo) traz previsão para que os contratos de comercialização de gás natural estabeleçam o uso da convenção de arbitragem</p> <p>Art. 31. (...)</p> <p>§ 5º Os contratos de comercialização de gás natural deverão conter cláusula para resolução de eventuais divergências, podendo, inclusive, prever a convenção de arbitragem, nos</p>
--	--	---

		<p><i>termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.</i></p> <p>Portanto, sugerimos a exclusão do Art. 28 na íntegra.</p>
<p>Art. 30. O consumidor livre terá a qualquer tempo o direito de contratar junto ao mercado cativo, condicionada à disponibilidade de gás pelo concessionário.</p> <p>§ 1º O consumidor livre deverá avisar ao concessionário que pretende retornar ao mercado cativo, com pelo menos 12 (doze) meses de antecedência.</p> <p>§ 2º O consumidor livre somente poderá retornar ao mercado cativo após a assinatura dos seguintes documentos:</p> <p>I- contrato de fornecimento firmado com o concessionário; II- rescisão ou revisão do contrato de movimentação de gás com o concessionário; e III- rescisão ou revisão do contrato de comercialização com o comercializador.</p> <p>§ 3º Nos casos em que o consumidor livre não observar o prazo previsto no § 1º, o retorno ao mercado cativo se dará em até 12 (doze) meses contados a partir da data em que foi formalizado o pedido ao concessionário, observadas a disponibilidade técnica de atendimento e a de gás pelo concessionário.</p> <p>§ 4º O consumidor livre que tiver interesse em contratar com o mercado cativo deverá celebrar, juntamente com o concessionário,</p>	<p>Art. 30. O consumidor livre terá a qualquer tempo o direito de contratar junto ao mercado cativo, condicionada à disponibilidade de gás pelo concessionário.</p> <p>§ 1º O consumidor livre deverá avisar ao concessionário que pretende retornar ao mercado cativo, com pelo menos <del>12 (doze) meses</del> 60 dias de antecedência.</p> <p>§ 2º O consumidor livre somente poderá retornar ao mercado cativo após a assinatura dos seguintes documentos:</p> <p>I- contrato de fornecimento firmado com o concessionário; II- rescisão ou revisão do contrato de movimentação de gás com o concessionário; e <del>III- rescisão ou revisão do contrato de comercialização com o comercializador.</del></p> <p>§ 3º Nos casos em que o consumidor livre não observar o prazo previsto no § 1º, o retorno ao mercado cativo se dará em até <del>12 (doze) meses</del> 60 dias contados a partir da data em que foi formalizado o pedido ao concessionário, observadas a disponibilidade técnica de atendimento e a de gás pelo concessionário.</p> <p><del>§ 4º O consumidor livre que tiver interesse em contratar com o mercado cativo deverá celebrar, juntamente com o concessionário,</del></p>	<p>Os prazos previstos neste Art. 30º se tornam entraves ao desenvolvimento do mercado livre ao ampliar riscos para o agente livre lidar.</p> <p>No § 1º Reduzir o prazo de notificação de retorno ao mercado cativo para 60 dias de antecedência, de modo a reduzir o risco da decisão do usuário que desejar migrar para o mercado livre.</p> <p>No § 2º Eliminar o item III da lista de exigências para retorno ao mercado cativo.</p> <p>No § 3º Reduzir o prazo de retorno ao mercado cativo para 60 dias contados a partir da data em que foi formalizado o pedido ao concessionário, de modo a reduzir o risco da decisão do usuário que desejar migrar para o mercado livre.</p> <p>Eliminar o § 4º, de modo a reduzir o risco da decisão do usuário que desejar migrar para o mercado livre.</p> <p>A exigência de celebração um contrato com prazo de 5 (cinco) anos de vigência não tem sentido e se torna mais um fator que prejudica o desenvolvimento do mercado livre.</p>

contrato de fornecimento de gás por, no mínimo, 5 (cinco) anos.	<del>contrato de fornecimento de gás por, no mínimo, 5 (cinco) anos.</del>	
Art. 33 As omissões, dúvidas e casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos e decididos pela Arpe.	Art. 33 As omissões, dúvidas e casos não previstos nesta Resolução, <b>relacionados exclusivamente ao serviço local de gás natural canalizado</b> , serão resolvidos e decididos pela Arpe.	A ARPE só tem competência para atuar sobre os serviços locais de gás canalizado, conforme §2º do Art. 25 da Constituição Federal. A redação originalmente proposta representava um “cheque em branco” para atuação da ARPE, que não é pertinente, uma vez que representaria um avanço da ARPE sobre a esfera de atuação de outros órgãos, principalmente de administração federal
Art. 34 As disposições constantes nas Resoluções Arpe nº 34, de 10 de agosto de 2006 e nº 83, de 30 de julho de 2013, são aplicáveis ao mercado livre de gás naquilo que couber.	<b>Art. 34 Em até 60 dias após a publicação da presente Resolução será aberto processo de consulta e audiência pública para revisar as disposições constantes nas Resoluções Arpe nº 34, de 10 de agosto de 2006 e nº 83, de 30 de julho de 2013, são aplicáveis ao mercado livre de gás naquilo que couber.</b>	As normas antigas da ARPE devem ser revisadas à luz da Lei 14.134/2021